

# Volta a ganhar força o mandato de 4 anos

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Dentro de três semanas, provavelmente, a Assembléia Nacional Constituinte estará votando o capítulo final do projeto de nova Constituição, das Disposições Gerais e Transitórias. Entrará em pauta, de início, o substitutivo do Centrão, que não aborda o problema do mandato do presidente José Sarney, ao contrário do texto da Comissão de Sistematização. Se aprovada genericamente a proposta do grupo moderado, duas hipóteses se abrirão. A primeira, de que o presidente tem seu mandato fixado em cinco anos, como todos os sucessores, por força do que dispõe o já aprovado artigo 93. Bastaria que se aplicasse o princípio da analogia, reforçado por pronunciamento feito um ano atrás por Sarney, referente ao seu desejo de permanecer cinco anos. Se houver necessidade de abordagem explícita do tema, a subemenda do deputado Matheus Iensen seria votada, estabelecendo que o atual período administrativo terminará a 15 de março de 1990.

A segunda hipótese, meio malandragem, é de que não se faça nada a respeito do mandato do atual presidente, retirando-se, inclusive, a subemenda Matheus Iensen. Nesse caso, por força da interpretação jurídica de que Sarney teria direito a permanecer seis anos no poder, estaria criado um caso. Seu mandato seria aquele para o qual foi eleito junto com Tancredo Neves, estendendo-se até 15 de março de 1991.

Como se vê, a questão é política, mais do que jurídica. Se tiver força parlamentar, Sarney garantirá os cinco anos, desejo por ele manifestado, podendo até ceder às pressões de alguns áulicos e permitir o desenvolvimento da tese dos seis anos.

No entanto... No entanto, os ventos podem soprar em direção completamente oposta. Porque já não parece tão certa a aprovação da emenda global do Centrão. O grupo se liquefaz. Não existe mais como base de sustentação do governo. Os 314 votos obtidos em favor dos cinco anos, há um mês, deram a impressão de que, de maneira monolítica, o grupo Sarney no mínimo reafirmaria aquela decisão, nas disposições gerais e transitórias. Não é mais assim. O debate sobre a ordem econômica demonstrou o fracasso do Centrão. Acresce que o governo continua desgastado, ou melhor, desgastou-se ainda mais, de lá para cá. O presidente da República, por cautela, não deu início ao que se chamava de nova fase de sua administração. Preferiu aguardar a decisão definitiva dos constituintes e o tiro está saindo pela culatra. Ao mesmo tempo, a movimentação em torno da CPI da corrupção, no Senado, e de outras que começarão a funcionar nos próximos dias, na Câmara, como a que investigará as importações de carne feitas durante o Plano Cruzado I, contribuirão para aumentar as hostilidades entre governo e

Congresso. Refletirão nas discussões e votações finais.

Há quem veja a emenda do Centrão derrotada, sem os 280 votos necessários à sua aprovação. Poderia, dois dias depois, ser aprovado o texto da Comissão de Sistematização, que prevê eleições presidenciais este ano? A princípio parece difícil, e, a resultar da falta de número para as duas alternativas, estará a negociação. Ou o buraco negro. Conclui-se não estar afastada qualquer alternativa.

Será nisso que joga o deputado Ulysses Guimarães? Pode ser. Sua influência surge decisiva, e sempre é bom lembrar que, para o seu futuro político, nada melhor do que eleições presidenciais em novembro próximo. Seria o candidato certo do PMDB, agora. No ano que vem, ou no outro, nem pensar.

Por tudo isso, sente-se o clima ficar tenso, em Brasília. Experiente, o presidente José Sarney gostaria de ver interrompida a guerra com a CPI do Senado. Ela funciona como pedra no sapato, incômoda e capaz de acirrar ainda mais os ânimos, influenciando a opinião pública e grupos constituintes. Mesmo sem se entrar no mérito da atuação da CPI, ou na motivação política de seus integrantes, basta reconhecer os fatos. A possibilidade de se interpelar o próprio presidente, por via judicial, seria menos traumática do que o seu inviolável e impossível comparecimento diante dos senadores, mas também aumentaria as seqüelas. Em suma, o que parecia certo, semanas atrás, ficou duvidoso: o mandato do presidente José Sarney poderá ser fixado em quatro anos, ainda que, por enquanto, a maioria pareça favorável aos cinco.

A maioria constituinte também sofrerá influência de outro fator, talvez o mais importante de todos: a opinião pública. Muitas vezes deputados e senadores têm decidido contra os anseios nacionais, como no episódio das diretas já, mas há um limite em que cada um costuma pensar duas vezes. Naquela época, havia o regime militar, e os cálculos se faziam, em parte, em função do medo. Ninguém garantia que uma decisão contrária aos desejos do Olimpo não despertasse a ira dos deuses. Hoje é diferente. Os deuses são outros. Não vestem mais farda e perderam a máquina de lançar raios. Portanto, isto sim, título de eleitor. A identificação de quem ficar contra os desejos gerais, inequivocamente em favor de eleições imediatas, poderá custar centenas de mandatos. As eleições parlamentares serão em 1990.

Uma informação final sobre os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte: espera-se para julho a promulgação da nova Carta, entrando em discussão a melhor data. Ironicamente, não poderá ser dia 4, quando se comemora a independência dos Estados Unidos. Nem dia 14, queda da Bastilha. Muito menos a 26, aniversário da revolução cubana.

C.C.

## Vem de qualquer jeito

O deputado Luiz Inácio Lula da Silva promete trabalho suplementar aos médicos que o assistiram na crise de apendicite, da qual foi operado sexta-feira passada. Lula recebeu alta domingo à tarde, deixando o hospital Sírio-Libanês com recomendação expressa para repousar pelo menos dez dias em casa. O líder do PT não está, no entanto, disposto a cumprir rigorosamente as instruções médicas e já avisou que vai comparecer às votações mais importantes da semana, quando a Constituinte estará deliberando sobre as reformas urbana e agrária. Lula não abre mão de participar das discussões, nem que para isso tenha de viajar a Brasília apenas em dias determinados recolhendo-se à sua residência até que sua presença no Congresso seja novamente importante.

### Redação com pressa

O relator da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Bernardo Cabral, já está com a redação final da futura Carta pronta para as votações do segundo turno, pelo menos até o título VII, no momento em exame pelo plenário. A cada dia de votação, Cabral adianta-se e prepara o que pode ser chamado de projeto de redação final, facilitando, assim, o trabalho da Comissão de Redação, da qual o deputado é relator, e que hoje se reúne pela primeira vez. Se tudo correr como se espera, o título que trata da ordem social começa a ser votado ainda esta semana.

### Atestado

A CPI da corrupção está ouvindo governadores, como Jerônimo Santana, e indo ao fundo do Brasil para ouvir prefeitos. Com tal diversificação, acaba dando atestado de honesto ao ex-ministro Aníbal Teixeira.

### Dificuldades

O Senado, que o presidente José Sarney integrou durante 14 anos, seguramente lhe dará grandes dores de cabeça daqui para a frente. Monta-se, ali, o bloco parlamentar da maioria oposicionista, liderado por políticos de expressão, como Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Carlos Chiarelli. Há pouca gente, afora o novo líder do PFL, Marcondes Gadelha, os senadores Edison Lobão e Alexandre Costa, levantando a voz em favor do governo.

### Conciliação

O Ceará é o único estado em que o PDS ganha adesões. Esta semana entraram um deputado estadual e vários prefeitos. Só a muito custo não haverá disputa, domingo, pela presidência da seção regional, graças a acordo firmado entre o atual presidente, Flávio Marçilho, e o deputado Aécio de Borba. O primeiro será eleito presidente de honra enquanto Borba ficará com a presidência executiva.